

PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

1.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

I INTRODUÇÃO I

No sentido de dar devido cumprimento ao disposto no Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 07 de Março – *Obrigações dos Municípios* – dispõe a alínea c) do n.º 4 do Artigo 40º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro que, “Os órgãos executivos, durante o período do empréstimo, ficam obrigados a “Elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro mencionado no número anterior e remetê-los, para apreciação, aos órgãos deliberativos.

O presente Relatório de Execução Semestral comprehende a análise à execução das medidas constantes do Plano de Saneamento financeiro, referindo-se ao primeiro semestre de execução do plano mencionado.

1º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO – PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

O Plano de Saneamento Financeiro do Município de Castelo de Paiva obteve o visto do Tribunal de Contas em 4 de Março de 2011.

Para o presente Relatório foi analisada a informação contabilística registada até 30 de Setembro do corrente ano, comparando o efeito das medidas adoptadas com igual período de 2010. Porém, será importante ressalvar que a efectiva execução da maioria das medidas de saneamento financeiro só ocorreram após o visto do Tribunal de Contas, e portanto, os seus efeitos só começaram a ser sentidos a partir do segundo trimestre de 2011.

Acresce ainda que, dada a difícil conjuntura económica nacional, a execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Castelo de Paiva tornou-se, durante este primeiro semestre, num desafio ainda mais exigente, não obstante todo o empenho por parte do órgão executivo na implementação das medidas preconizadas.

I MEDIDAS RACIONALIZAÇÃO DE CUSTOS E MAXIMIZAÇÃO DE PROVEITOS I

a) Redução do pessoal em 5 trabalhadores pela via da aposentação e limitação das horas extraordinárias e das ajudas de custo

Relativamente à evolução do número de colaboradores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas, entre 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Setembro de 2011, registou-se uma redução líquida de dois colaboradores, consequência da aposentação de três trabalhadores, e da necessária contratação de uma funcionária para a Biblioteca Municipal. Esta contratação teve início antes da implementação do Plano de Saneamento Financeiro, e surgiu por força do Contrato-Programa celebrado entre o Município e a DGLB em 15 de Fevereiro de 2005, o qual obrigava a Câmara Municipal a dotar a biblioteca de um técnico superior da área funcional de biblioteca e documentação, posto de trabalho necessário ao funcionamento dos serviços naquela área. Face ao estabelecido contratualmente, por despacho do Presidente da Câmara de 14 de Julho de 2009, foi autorizada a abertura do procedimento para ocupação do referido posto de trabalho, tendo a contratação e demais procedimentos obrigatórios decorridos no ano de 2011.

Refira-se ainda que, desde 31 de Dezembro de 2009, existiu já uma redução de cinco trabalhadores, em valor absoluto:

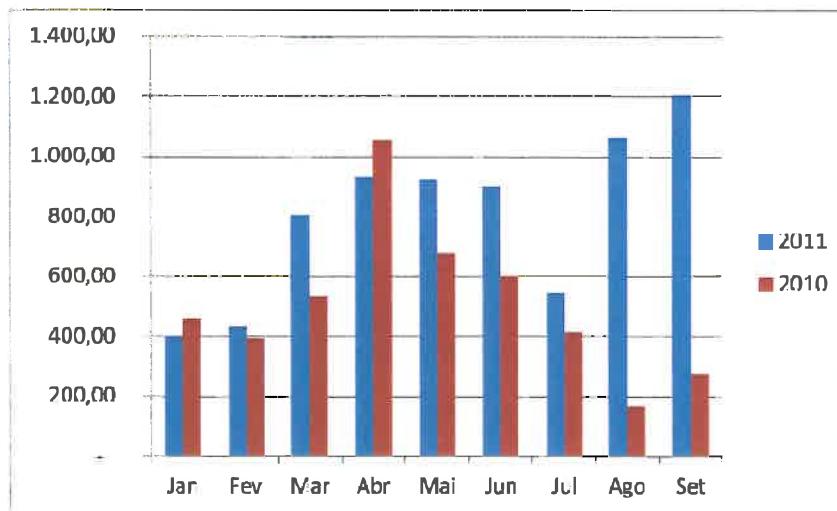
Modalidade de Vinculação: Contrato de trabalho em funções públicas	31-12-2009	31-12-2010	31-03-2011	30-09-2011
	169,00	166,00	165,00	164,00
	169,00	166,00	165,00	164,00

Relativamente aos custos suportados com horas extraordinárias e com ajudas de custo, e em comparação com o período homólogo do ano anterior, existiu um aumento de € 2.161,90 nos primeiros, e de € 4.077,56 nos segundos.

No entanto, este aumento do custo com as ajudas de custo resulta em parte do facto deste tipo de custos estarem a ser reconhecidos contabilisticamente no momento do seu pagamento, independentemente do período em que foram efectivamente incorridos, verificando-se assim que ao longo do ano de 2011 foram pagas ajudas de custo incorridas no ano de 2010.

Assim, os custos efectivamente incorridos com ajudas de custo durante os primeiros nove meses de 2011 foram os seguintes:

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Total
2011	402,02	436,73	807,03	934,21	922,56	897,97	546,00	1.062,41	1.207,85	7.216,78
2010	459,00	394,11	533,84	1.055,76	679,53	599,99	412,36	167,25	277,48	4.579,32
Variação	-56,98	42,62	273,19	-121,55	243,03	297,98	133,64	895,16	930,37	2.637,46



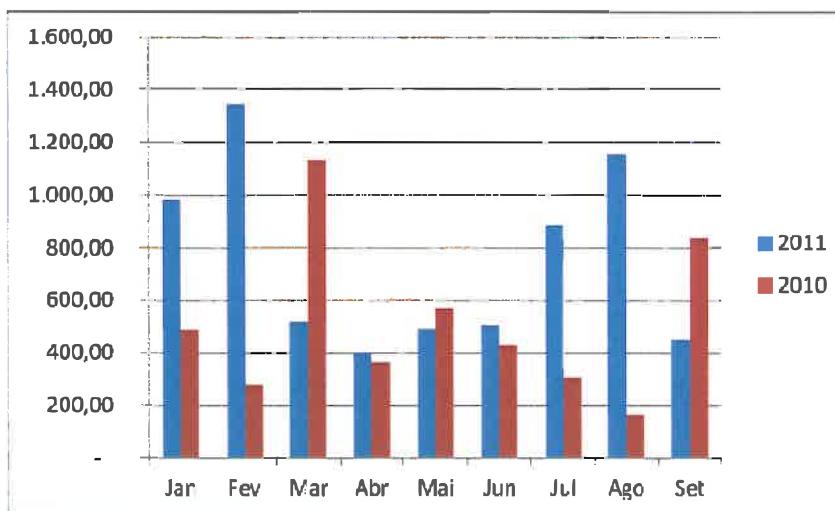
Acresce-se que o aumento significativo das ajudas de custo nos meses de Agosto e Setembro. Tal justifica-se pelo facto dos meses em causa, incluírem o processamento de despesas de transporte ao abrigo dos novos contratos no âmbito do Programa “Emprego-Inserção” do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Este tipo de contratos celebrados ao abrigo da Portaria n.º 128/2009, de 30 de Janeiro, incluem-se no âmbito das diversas medidas de política social do Governo que visam promover a coesão social através do emprego e da formação profissional e prevêem, para além das despesas de alimentação e seguros, o pagamento de despesas de transporte entre a residência habitual do trabalhador e o local onde terão de exercer a atividade contratualizada com o Município.

Relativamente às horas extraordinárias, os serviços de recursos humanos do Município não conseguiram quantificar os dados que permitiriam aferir o período em estas foram efectivamente geradas, pelo que analisamos a evolução dos custos suportados com horas extraordinárias reportando-os ao período em que foram pagos, facto que põe em causa a sua comparabilidade com o exercício anterior. Sendo que, no procedimento adotado por estes serviços, o período em que ocorre o pagamento nunca coincide com o período em que o referido trabalho extraordinário foi efetuado, o que significa que para o período em análise parte significativa dos custos com horas extraordinárias reporta-se ao ano de 2010, não sendo possível (até ao momento) aferir o seu montante.

1º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO – PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Assim, os custos pagos por horas extraordinárias durante os primeiros nove meses de 2011 foram as seguintes:

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Total
2011	987,60	1.350,54	518,90	400,47	495,83	508,86	887,84	1.157,95	449,95	6.757,94
2010	491,84	283,07	1.137,22	365,52	572,41	431,90	308,72	166,73	838,63	4.596,04
Variação	495,76	1.067,47	-618,32	34,95	-76,58	76,96	579,12	991,22	-388,68	2.161,90



No que concerne às medidas preventivas com impacto na limitação de horas extraordinárias e ajudas de custo, importa referir que durante o período em análise o executivo municipal procedeu a um levantamento junto dos serviços de possíveis medidas que possam controlar este tipo de custo, tendo optado por iniciar a sua execução quando estiver concluída a implementação da reorganização dos serviços aprovada em 31 de Dezembro de 2010. Tal deverá acontecer no início do ano de 2012, após a implementação das seguintes medidas:

Limitação das Horas Extraordinárias

Quanto à contenção de custos a este nível, pretende-se realizar um diagnóstico exaustivo para aferir em que serviços se verificam com maior frequência o recurso a trabalho extraordinário. Como medida, será efetuada uma negociação do horário de trabalho, em função das necessidades dos serviços, de forma a permitir uma maior rentabilização dos recursos humanos do Município.

Limitação das Ajudas de Custo

No que se refere à contenção das ajudas de custo, pretende-se limitar as autorizações concedidas aos trabalhadores para deslocação em serviço externo mediante a utilização de viatura própria e, limitar a atribuição das despesas de transporte concedidas no âmbito do Programa Emprego-Inserção.

Não obstante, os valores apurados de Janeiro a Setembro de 2011 enquadram-se nas metas previstas no “Plano de Saneamento Financeiro” para a despesa a este nível.

b) Redução dos custos com comunicações fixas e móveis

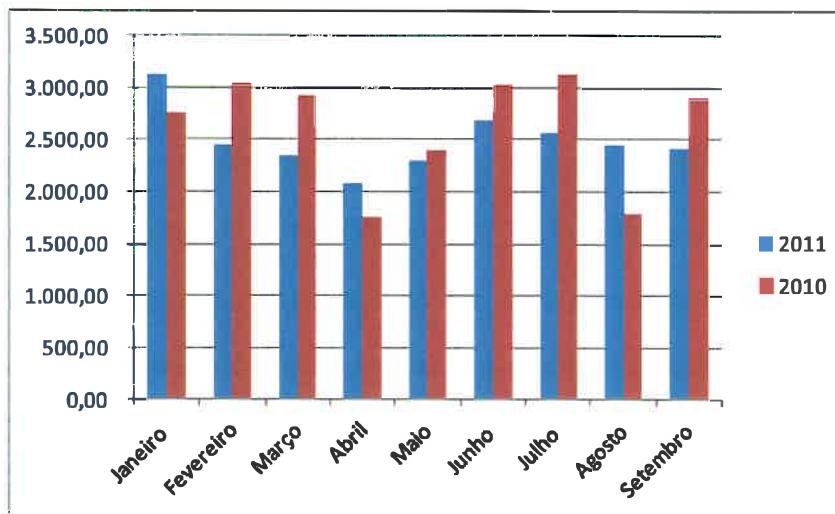
A partir de Julho de 2011, começou a ser utilizada a tecnologia VOIP, nas comunicações efectuadas pelo Município de Castelo de Paiva, no âmbito do SAMA – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, facto que permitiu uma diminuição significativa dos custos comunicações fixas.

Já durante o mês de Novembro, foi assinado um novo contrato com a Vodafone no intuito de reduzir os custos com comunicações móveis. Foram efectuadas várias alterações em relação ao contrato anterior, o que se reflectiu nomeadamente na eliminação de números de telemóvel não essenciais ao funcionamento dos serviços, e no estabelecimento de *plafonds* por utilizador. O efeito da redução de custos ao nível das comunicações móveis só será visível a partir no ano de 2012.

1º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO – PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Assim, no que respeita a comunicações, os custos incorridos até 30 de Setembro, diminuíram cerca de €1.256,66, em relação ao exercício homólogo:

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	<th>Junho</th> <th>Julho</th> <th>Agosto</th> <th>Setembro</th> <th>Total</th>	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Total
2011	3.123,22	2.442,67	2.347,36	2.071,96	2.292,03	2.692,57	2.574,31	2.442,52	2.422,05	22.408,69
2010	2.749,65	3.036,18	2.917,80	1.753,01	2.401,96	3.015,01	3.118,18	1.782,01	2.900,55	23.674,35
Variação	373,57	-593,51	-570,44	318,95	-109,93	-322,44	-543,87	660,51	-478,50	-1.265,66



c) Redução dos custos com seguros

Durante o primeiro semestre de execução do Plano, foi pedido um levantamento exaustivo da carteira de seguros e das coberturas em vigor aos serviços de Aprovisionamento do Município, com o objectivo de se iniciar um novo procedimento para a sua contratualização. Atendendo a que este trabalho estará concluído no final do corrente ano, perspectiva-se para 2012 uma clara redução do montante deste tipo de despesa, mediante o lançamento de um procedimento concursal extensível a todo o mercado, através da Plataforma de Contratação Eletrónica.

A abertura de um concurso público a ocorrer durante o 1.º semestre de 2012, irá permitir a contratualização de novos seguros em condições de mercado mais favoráveis, eliminando os que forem desnecessários, e ajustando os restantes ao seu efetivo valor segurável.

d) Redução dos custos com consumo de energia

Neste âmbito, consideramos que será difícil ao Município cumprir o objectivo de redução dos custos com consumos energéticos dadas as previsões de aumento do preço da energia para os próximos anos e sobretudo devido ao aumento da taxa de IVA (de 6% para 23%) aplicada a este tipo de fornecimento, imposto que o Município suporta na totalidade dado o seu regime de IVA (afectação real). Com efeito, só o impacto do aumento da taxa do IVA na fatura da eletricidade provocará um aumento no custo deste tipo de fornecimento de cerca de 102 mil euros, o que é de materialmente relevante se considerarmos os custos habitualmente incorridos a este nível.

Porém, e de forma a contrariar esta tendência de subida dos custos da energia, estão a ser elaborados planos estratégicos de eficiência energética a aplicar nas instalações do Município, nos quais estão previstos investimentos que foram já incluídos no Orçamento para 2012.

O Município de Castelo de Paiva desencadeou ainda, várias acções ao nível da Eficiência Energética, umas de carácter imediato com redução de custos directos efectivos, e outras através de elaboração de candidaturas a quadros comunitários dado os custos do investimento para a implementação da eficiência energética.

*JP
M
B
Z
2.º
Le
P
P
int
J*

No âmbito do quadro Comunitário E – EEA/2/2010 foram elaboradas duas candidaturas para a redução de custos com os equipamentos municipais piscina e pavilhão desportivo.

No âmbito do quadro Comunitário E – EEIP/1/2011 foi elaborada uma candidatura para a colocação de reguladores de fluxo luminoso nos postos de transformação de iluminação pública de maior consumo do Município de Castelo de Paiva, tendo em vista a obtenção de redução de custos anuais a este nível.

Atendendo aos elevados custos de energia reactiva existentes em determinados edifícios municipais (sede do Município, Piscina Municipal e Sistema de bombagem de Oliveira do Arda) foram instaladas baterias de condensadores com vista a permitir uma redução anual neste tipo de custos.

Alterou-se o contrato do ponto de consumo “Praia – Fornos” de BTE 41,4KVA, para BTN 34,5KVA, eliminando assim, os custos de energia reactiva no montante anual médio de € 686,05.

Desativou-se o posto de transformação de “Olival - Pedorido” (antigo sistema captação de água) que encontra-se inactivo há vários anos, e alterou-se o ponto de consumo de Moimenta Fornos (antigo sistema de captação de água) de BTE 41,4KVA para BTN 3,45KVA, tendo-se obtido uma redução anual nos dois locais de € 1.297,39.

Procedeu-se à redução de pontos de iluminação pública em determinados locais do concelho (redução de potência das lâmpadas, redução de uma lâmpada em cada três iluminarias), mantendo no entanto os níveis de segurança de iluminação nocturna.

Atualmente, o Município de Castelo de Paiva está a fazer o levantamento de todos os quadros eléctricos desta autarquia com vista a redução de potência dos contadores eléctricos onde os mesmos estão sobredimensionados e efectivar a anulação de contadores eléctricos sem utilização.

Prevalece o objectivo de eliminar sistemas de bombagens existentes, criando-se outros traçados onde exista aproveitamento gravítico da geografia do terreno e das pressões de água existentes (nomeadamente em Oliveira do Arda e S. Martinho de Sardoura).

Manteve-se o trabalho de redução de iluminação pública nos locais onde não seja posto em causa a segurança de iluminação nocturna.

e) Redução do consumo de combustíveis e das despesas de manutenção e conservação das viaturas

No âmbito desta medida, foi celebrado em Julho de 2011 um novo contrato de fornecimento de combustíveis com vista à aquisição de combustível rodoviário (gasóleo), o qual permitiu obter um maior desconto por litro de combustível adquirido (0,105€/litro) e uma poupança de cerca de 0,032€ sobre o litro de combustível em relação ao contrato anterior. A contratualização ao nível dos combustíveis rodoviários foi efetuada mediante o lançamento de concurso público na Plataforma de Contratação Eletrónica, de que resultou a alteração do fornecedor habitual do Município. Mantém-se no entanto, os cartões eletrónicos de abastecimento associados a algumas viaturas da frota municipal, que permitem fixar um limite de abastecimento em valor, a contabilização do número de quilómetros entre abastecimentos e a disponibilização de relatórios pormenorizados de faturação e consumo, tendo em vista o controlo de eventuais desvios e desperdícios.

Com vista a coordenar a utilização de viaturas e a efetuar um controlo operacional mais rigoroso da frota automóvel do Município, será nomeado em 2012 um gestor de frota, que irá ficar responsável pela racionalização dos custos associados às viaturas do Município e uma gestão mais eficiente do desempenho da frota automóvel do Município.

f) Redução de custos na aquisição de equipamentos, contratação de serviços de cópia e impressões e materiais de consumo corrente

Ao nível da aquisição de equipamentos e/ou contratação de serviços de cópia e impressão, foi celebrado em Julho de 2011 um novo contrato com a “Konica Minolta” de aluguer de equipamentos de cópias/impressão, com o objetivo de promover uma maior rentabilização deste tipo de equipamento, o qual se encontrava obsoleto e desadequado às atuais necessidades de funcionamento do Município.

Com efeito, no âmbito desta nova contratualização, procedeu-se à substituição de equipamentos de impressão, cópia e scanners existentes no Município por equipamentos multifuncionais como forma de reduzir o número de equipamentos e os custos associados aos mesmos (manutenção, eletricidade, etc...). Tal permitiu igualmente a escolha de equipamentos com características técnicas e níveis de utilização mais adequados às reais necessidades de funcionamento do Município.

Foi igualmente efetuada uma melhor distribuição de equipamentos pelo espaço de trabalho, mediante a análise de equipamentos de impressão pessoais, substituindo estes equipamentos por equipamentos de grupo, garantindo a implementação de mecanismos de garantia de confidencialidade da informação.

Para 2012, perspectiva-se uma redução do consumo de papel, através da digitalização gradual do fluxo documental e do fomento de práticas generalizadas em todos os serviços: impressão do papel nas duas faces, reaproveitamento do papel usado para rascunhos e uma utilização mais intensiva do correio eletrónico.

g) Melhoria na eficiência do fornecimento do sistema de distribuição de água.

No âmbito do sistema de distribuição de água de abastecimento público foram implementadas diversas medidas que permitiram aumentar a eficiência do fornecimento do sistema de distribuição de água, destacando-se as seguintes:

- Colocação de contadores de consumo de água em todas as instalações, edifícios e equipamentos, pertencentes ou administrados pela Câmara Municipal;
- Substituição de contadores avariados, designadamente em utilizadores de maior dimensão já identificados pelos serviços;
- Intensificação de ações inspetivas a toda a rede de distribuição, por forma a localizar pontos de rutura e de perda de água, permitindo uma redução no consumo de água à empresa Águas do Douro & Paiva, SA, tendo como resultado significativas poupanças financeiras:

Ano	Consumo até Outubro (m ³)	Poupança (m ³)	Poupança (€)
2009	1.546.428 m ³	-	-
2010	1.518.044 m ³	28.384 m ³	10.918,59€
2011	1.336.531 m ³	181.513 m ³	69.823,33€

- Anulação de pontos de captação subterrânea, com a respetiva anulação dos sistemas de bombagens, passando os locais a serem abastecidos pelo sistema de abastecimento geral com as águas provenientes da empresa Águas do Douro & Paiva, SA;
- Substituição de condutas de água degradadas;
- Ampliação da rede de abastecimento de água em zonas que não eram abrangidas pela mesma;
- Instalação de equipamentos de tratamento de desferização e desmanganização nos sistemas de captação subterrâneas.

h) Melhoria da eficiência na gestão dos Activos (e sua contabilização) e dos Recursos Humanos, e da eficiência na gestão e controlo internos das obras, mediante a utilização intensiva do software de obras

Por força do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, o Município de Castelo de Paiva procedeu à reorganização dos serviços municipais, a qual foi aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23.12.2012. Com efeito, o processo de implementação da reorganização prevista obrigou nos termos da lei, à apresentação de proposta de alteração do mapa de pessoal, bem como revisão do orçamento aprovado para 2011, em virtude da criação da unidade orgânica “Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e do Desenvolvimento” e a extinção da unidade orgânica “Divisão Sócio-Cultural, Educação e apoio ao Desenvolvimento, a qual só mereceu aprovação por parte da Assembleia Municipal em Julho de 2011.

Ora, face ao exposto, as medidas que iriam permitir viabilizar a melhoria da eficiência na gestão dos recursos humanos tiveram de ser adiadas para período posterior ao da conclusão da reorganização dos serviços, sendo expetável que tal processo tenha inicio em 2012.

No que se refere, ao controlo interno das existências, das obras e das ferramentas, procedeu-se em Setembro de 2010 à instalação de um software de gestão de obras (administração direta e empreitadas), o qual entrou em pleno funcionamento no 1.º trimestre de 2011, após ter sido ministrada formação aos funcionários que desempenham funções nesta área. Este software permite analisar para cada obra o custo por atividade, funcionários afetos e equipamentos, contribuindo para que os serviços possam efetuar uma gestão mais eficiente deste tipo de obras.

i) Aumento da eficiência da liquidação e cobrança das taxas e licenças municipais

Nesta matéria constatamos que o valor das taxas cobradas em 2011, até 30 de Setembro, aumentou cerca de 42% (+ € 32.694,29), em relação ao período homólogo de 2010. Para este efeito contribuíram sobretudo os aumentos das Taxa de Terrado em Mercados e Feiras, em cerca de 60% (+ € 24.326,75), das Taxas de Licenças de Construção, em cerca de 64% (+ € 5.137,32), e das Taxas de Licença de Utilização em cerca de 296% (+ € 4.266,63).

O quadro seguinte resume a evolução das Taxas e Licenças cobradas em comparação com o mesmo período de 2010:

Designação	30-09-2011	30-09-2010	Variação	%
Mercados e Feiras- Terrado	64.633,05	40.306,30	24.326,75	60%
Loteamentos e Obras- Licença de construção	13.161,30	8.023,98	5.137,32	64%
Loteamentos e Obras- Licença de utilização	5.708,39	1.441,76	4.266,63	296%
Loteamentos e Obras- Infra-estruturas urbanísticas	1.288,77	615,81	672,96	109%
Loteamentos e Obras- Licença de alvarás	509,60	611,52	-101,92	-17%
Loteamentos e Obras- Taxa de depósito de ficha técnica de habitação	119,63	382,46	-262,83	-69%
Loteamentos e Obras- Outras	13.511,76	14.495,38	-983,62	-7%

1º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO – PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Ocupação da via pública - por Motivos de Obras	250,32	71,52	178,80	250%
Ocupação da via pública - Outros Motivos	17,00	599,00	-582,00	-97%
Caça, uso e porte de arma - Cartas de Caçador	32,98	64,20	-31,22	-49%
Outras- Ciclomotores- Segundas Vias e Revalidação	-	629,62	-629,62	-100%
Outras- Ciclomotores- Táxi	59,02	59,02	-	0%
Outras- Ciclomotores- Venda Ambulante	131,64	573,42	441,78	-77%
Outras- Alvarás- Outros	8.192,05	6.776,88	1.415,17	21%
Outras- Vistorias	277,78	650,34	-372,56	-57%
Outras- Certidões	484,12	501,90	-17,78	-4%
Outras- Fornecimentos- Plantas Topográficas	555,75	519,75	36,00	7%
Outras- Fornecimentos- Taxa pela Emissão do Certificado de Registo	3,59	21,53	-17,94	-83%
Outras- Fornecimentos- Exploração Industrial	-	94,59	-94,59	-100%
Outras- Conferição e/ou Autenticação de Documentos	239,16	171,20	67,96	40%
Outras- Espectáculos Desportivos Lugares Públicos	967,98	1.081,86	-113,88	-11%
Outras	279,26	36,82	242,44	658%
	110.423,15	77.728,86	32.694,29	42%

Com o atual Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, teve lugar uma uniformização dos vários procedimentos de liquidação, cobrança e pagamento, tornando os serviços municipais mais eficientes, e reunindo as taxas e outras receitas municipais que se encontravam dispersas por outros regulamentos, simplificando e uniformizando as regras aplicáveis ao Município.

Este Regulamento veio simplificar os procedimentos no caso de licenças anuais (p.e. publicidade, ocupação de domínio público, mercados e feiras), deixando de ser necessário a formalização da sua renovação anual, eliminando-se assim procedimentos burocráticos, contribuindo para a facilitação dos licenciamentos e, consequentemente, para uma maior eficácia da respetiva cobrança das receitas associadas.

Foi igualmente melhorado, o processo de notificação para regularização dos débitos antes da tramitação para execução fiscal, e também já na fase desta, tornando-o mais atuante e incisivo, do que resultou o aumento do número de processos findos. Para tal, e além do mais, foi fixado, para a avaliação do desempenho, o objetivo de aumentar percentualmente o número de processos de execução fiscal findos em resultado do pagamento da dívida, comparativamente com o ano de 2010, objetivo esse que, tudo indica, vai ser superado.

Para o ano de 2012, entre as alterações procedimentais previstas, estará o alargamento do prazo de pagamento voluntário, com a emissão automática da respetiva certidão de dívida, no seu termo, e imediata cobrança coerciva por execução fiscal, bem como a possibilidade das referidas taxas anuais poderem ser pagas em períodos mais curtos (de periodicidade mensal ou trimestral) e ainda, a diversificação das modalidades e locais de pagamento, tal como já acontece com a faturação dos serviços de abastecimento de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos e urbanos.

Tais medidas, visão não só facilitar e estimular o pagamento voluntário, mas também reduzir as burocracias no processo de cobrança em fase de mora.

No que concerne à ocupação do espaço público e publicidade, durante o período de análise, foi elaborado o projeto de regulamento para esta área, que se encontra em análise, com o qual se intenta suster a falta de licenciamento e o uso indevido do facto licenciado (sem o pagamento das taxas aplicáveis), e se dá cumprimento a disposições legais recentemente aprovadas.

j) Rentabilização/ limitação dos investimentos e das actividades das instituições culturais e recreativas e consequente redução das transferências correntes e de capital

No que concerne a uma maior contenção nos apoios regulares atribuídos a instituições culturais e recreativas, este esforço será **mais evidente no ano de 2012**, em função da reprogramação de eventos e **atividades culturais e desportivas**, mediante **uma maior seletividade no apoio a atividades de maior relevo cultural, recreativo e desportivo**.

I) Intensificação da utilização da plataforma electrónica de contratação pública

O Município de Castelo de Paiva começou a utilizar a plataforma eletrónica de contratação pública no decorrer do mês de Junho de 2010, tendo lançado até à data três concursos públicos, incluindo empreitadas e fornecimento de bens e serviços, prevendo-se que até ao final do ano sejam lançados mais dois concursos referentes a empreitadas e ao fornecimento de energia.

Para o ano de 2012, perspectiva-se a utilização crescente da plataforma eletrónica de contratação pública, mediante a inclusão dos ajustes diretos a partir dos €5.000, estimando-se que **por esta via** o Município possa **beneficiar de melhores condições de contratação**, em face do aumento exponencial da concorrência e da possibilidade de fixação do preço-base e do prazo de pagamento aquando do lançamento ao mercado de qualquer processo aquisitivo, adaptando-o às reais necessidades da Autarquia. **Consequentemente, e em conjunto com os restantes procedimentos para a função aprovisionamento, estima-se a este nível uma redução significativa da despesa**.

K) Aprofundamento das acções de melhoria no sentido de tornar mais eficazes os mecanismos de controlo interno, complementado pela implementação definitiva da contabilidade de custos

No domínio da alteração dos processos e procedimentos relativos à autorização da despesa, mesmo antes da implementação do Plano de Saneamento Financeiro, e da reestruturação dos serviços municipais, o executivo municipal implementou diversas medidas e procedimentos conducentes a uma gestão mais eficiente, mediante a centralização do serviço de compras e aprovisionamento, realização de planos mensais de pagamentos com vista à redução e monitorização da dívida, programação de tesouraria, execução financeira e verificação dos desvios (e sua correção).

Paralelamente iniciou-se a implementação de um sistema de Contabilidade de Custos, estando neste momento a efectuar a validação da sua adequação à nova organização dos serviços. Dada a complexidade que um sistema de custeio analítico implica, estima-se que só durante o ano de 2012 seja possível a conclusão de todo o processo de análise da informação gerada.

No que se refere ao processo de revisão da Norma de Controlo Interno, o mesmo teve de ser adiada para o ano de 2012, uma vez que a implementação da nova orgânica municipal só ficará concluída no final deste ano.

m) Eliminação dos juros de mora, após a aprovação da operação de saneamento financeiro

Com a utilização (ainda que parcial) do empréstimo de saneamento financeiro, foi possível a eliminação total dos juros de mora pelos atrasos no pagamento a fornecedores, pelo que não foram registados juros de mora com impacto no exercício de 2011.

1º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO – PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Com efeito, desde a implementação do Plano de Saneamento financeiro, o prazo médio de pagamento a fornecedores diminuiu significativamente, conforme se pode constatar pela evolução apresentada:

Ano de 2010

1.º Trimestre: 444 dias; 2.º Trimestre: 331 dias; 3.º Trimestre: 104 dias; 4.º Trimestre: 53 dias.

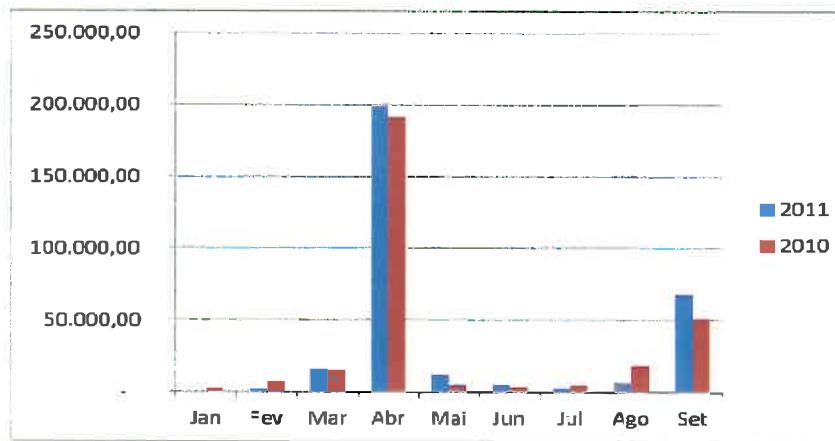
Ano de 2011

1.º Trimestre: 55 dias; 2.º Trimestre: 46 dias; 3.º Trimestre: 54 dias.

n) Cobrança de novas taxas do IMI a partir de 2011 para os prédios urbanos devolutos há mais de um ano (o dobro), em ruínas (o triplo) e degradados (aumento de 30%).

Esta medida, que resulta do disposto no OE 2011, sendo que a evolução das cobranças de IMI efectuadas até 30-09-2011 foi a seguinte, havendo a relatar nesta matéria um aumento em cerca de 5% (+ € 14.088,46) em relação ao período homólogo de 2010:

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Total
2011	525,74	2.789,69	16.402,52	198.500,44	11.632,70	5.064,27	2.703,13	6.554,75	68.674,51	312.847,75
2010	2.680,38	7.617,40	15.372,75	191.201,63	4.212,48	3.093,51	4.876,53	18.434,71	51.269,90	298.759,29
Variação	- 2.154,64	- 4.827,71	1.029,77	7.298,81	7.420,22	1.970,76	- 2.173,40	- 11.879,96	17.404,61	14.088,46



Há no entanto que referir, que o impacto desta medida será maior no próximo ano, aquando da conclusão do levantamento efetuado pelos serviços municipais, no que se refere à inventariação de prédios urbanos devolutos, rústicos e degradados.

o) Aumento da tabela de taxas e licenças do Município a partir de 2011

Tendo em consideração que o Regulamento e respetiva tabela de taxas se acham desajustadas perante as recentes realidades e mudanças legislativas, prevê-se que no decorrer de 2012 se elabore o necessário estudo de fundamentação económica-financeira, que fundamente as alterações que venham a considerar-se obrigatórias.

Independentemente dessa avaliação, projeta-se a atualização das taxas municipais em 2012, de acordo com a inflação prevista no Orçamento de Estado para 2012.

O concurso para atribuição dos lugares de venda, **por sorteio**, na feira de Castelo de Paiva, do qual é **expetável o aumento do número de ocupações** e, logo, da receita a arrecadar, esteve suspenso por razões estranhas à administração municipal – providência cautelar interposta no tribunal administrativo. Proferida a decisão que lhe negou provimento, aquele concurso foi já reatado, e será concluído no 1.º trimestre de 2012.

Paralelamente, **foi aprovado para entrar em vigor no primeiro mês de 2012**, o regime **tarifário da prestação do serviço de abastecimento de água, do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, e do serviço de recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos**, seguindo a recomendação n.º1/2009, do IRAR – Instituto Regulador de Águas e Resíduos, sobre a formação dos tarifários aplicáveis aos utilizadores finais dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, que vincula todas as entidades, públicas e privadas, gestoras de serviços públicos de águas e resíduos prestados a utilizadores finais, respeitando especificamente o princípio da recuperação dos custos, o princípio da utilização sustentável dos recursos hídricos, o princípio da prevenção e da valorização, o princípio da defesa dos interesses dos utilizadores, o princípio da acessibilidade económica, e o princípio da autonomia das entidades titulares.

Também **nesta área, foi iniciada a elaboração dos projetos dos regulamentos dos serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos**.

I Endividamento líquido e de médio e longo-prazo da autarquia I

O endividamento líquido da autarquia tem vindo a diminuir significativamente, o que se traduziu nomeadamente numa redução em cerca de 7% entre 31-12-2010 e 30-09-2011. A sua evolução foi a seguinte:

	31-12-2009	31-12-2010	30-09-2011
Endividamento líquido (sem excepcionado)	13.861.614,00	12.086.136,00	11.253.806,00
Variação		- 1.775.478,00	-832.330,00
%		-13%	-7%

Esta redução foi ainda mais significativa em termos excesso de endividamento, sendo que a 30-09-2011, o endividamento líquido já se encontra abaixo do seu limite máximo:

	31-12-2009	31-12-2010	30-09-2011
Excesso de endividamento líquido	5.493.557,00	3.718.079,00	-
Variação		-1.775.478,00	-3.718.079,00
%		-32%	-100%

Este facto deve-se não só à redução do valor do endividamento líquido em termos absolutos, mas ao facto de de acordo com o disposto no art.º 53.º do Orçamento de Estado para 2011, o valor do endividamento líquido não poder exceder o que existia em 30.09.2010.

	31-12-2009	31-12-2010	30-09-2011
Limites ao endividamento líquido	8.368.058,00	12.952.580,00	12.952.580,00
Variação		4.584.522,00	-
%		55%	0%

O endividamento de médio e longo prazo naturalmente aumentou em relação a 31 de Dezembro de 2010, em função da libertação do montante de empréstimo contratualizado no âmbito do Saneamento Financeiro ter ocorrido em 2011, no seguimento do visto do tribunal de contas de 4 de Março de 2011. Assim, do total de € 9.600.000 a contrair no âmbito deste processo, o Município recebeu até Setembro de 2011 € 7.300.000, dos quais € 2.500.000 foram contratados com a Caixa Geral de Depósitos e € 4.800.000 contratados com o Millennium BCP. Deste último valor, foram utilizados € 3.820.471,90, para pagar a totalidade do montante do empréstimo contraído no âmbito do PREDE no mesmo banco. Face ao exposto, o endividamento de MLP aumentou em cerca de €3.314.994,84.

Porém, os dados com referência a 30 de Setembro, revela que o endividamento de MLP apenas aumentou em 3.032.305,00, sendo o diferencial para o valor referido no parágrafo anterior relativo a uma diminuição do serviço da dívida.

	31-12-2009	31-12-2010	30-09-2011
Endividamento MLP	10.640.076,00	9.225.189,00	12.257.494,00
Variação		-1.414.887,00	3.032.305,00
%		-13%	33%

Apesar deste aumento do endividamento, o excesso de endividamento de MLP apenas aumentou 14% em relação a 31 de Dezembro de 2010:

	31-12-2009	31-12-2010	30-09-2011
Excesso de endividamento MLP	3.945.629,00	2.530.743,00	2.877.815,00
Variação		- 1.414.886,00	347.072,00
%		-36%	14%

Para este facto também contribuiu a alteração das regras de cálculo do endividamento de médio e longo-prazo, cujos limites tiveram a seguinte evolução:

	31-12-2009	31-12-2010	30-09-2011
Limites ao endividamento MLP	6.694.446,00	9.379.679,00	9.379.679,00
Variação		2.685.233,00	-
%		40%	0%

ANEXOS

AP
SG
BF
2.6
31
Prints
AV
CP

UTILIZAÇÃO EMPRÉSTIMO - MILLENNIUM BCP

<i>Valor libertado em 22 de Março de 2011</i>		4.800.000,00
Entidade	Pagamento	Saldo
Millennium BCP	3.820.471,90	979.528,10
Irmãos Moreiras,SA	62.750,40	916.777,70
A. Viação Almeida & Filhos, SA	80.910,12	835.867,58
A. Viação Feirense, Lda	44.740,15	791.127,43
Constr. Cruz Carreira, Lda	84.667,69	706.459,74
Cimontubo, Lda	51.662,50	654.797,24
Befebal_Totta Crédito Especializado Inst Fin Crédito, SA	77.008,72	577.788,52
J. F. Mendes, Const. Civil e Obras Públicas, Lda	11.202,86	566.585,66
Paviazemeis - Pavimentações de Azeméis, Lda	161.121,35	405.464,31
BPI - Factorings	196.191,41	209.272,90
ADSE	99.318,17	109.954,73
<i>Saldo em 30 de Setembro de 2011</i>		109.954,73

UTILIZAÇÃO EMPRÉSTIMO – CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

<i>Valor libertado Março e Abril</i>		2.500.000,00
Entidade	Pagamento	Saldo
Banco BPI (Leasing)	107.369,21	2.392.630,79
Rancho Bairros	500,00	2.392.130,79
Academia de Música	7.000,00	2.385.130,79
ADCB - Bairros	1.000,00	2.384.130,79
A. D. Casal	1.000,00	2.383.130,79
ADEP	4.000,00	2.379.130,79
Assoc. C. R. S. Martinho	1.000,00	2.378.130,79
Rancho F. Bairros	1.250,00	2.376.880,79
Rancho F. S. Amoras	1.000,00	2.375.880,79
Grupo C. D. C. Paraíso	1.000,00	2.374.880,79
Sporting C. Paivense	4.000,00	2.370.880,79
Assoc. Def. Rio Sard.	1.000,00	2.369.880,79

Entidade	Pagamento	Saldo
Centro C. D. Real	500,00	2.369.380,79
Ass. Cult e Desp.Póvoa	10.923,95	2.358.456,84
Casa Povo Raiva	1.000,00	2.357.456,84
Hóquei Clube Paivense	1.500,00	2.355.956,84
Centro C. R. S. Martinho	4.000,00	2.351.956,84
CIDEP	475,00	2.351.481,84
Clube C. P. C. Paiva	1.000,00	2.350.481,84
Irmandade S. Eufémea	750,00	2.349.731,84
Real Atletico Clube	1.000,00	2.348.731,84
Oliveirense F. Clube	1.000,00	2.347.731,84
ACI - Castelo de Paiva	350,00	2.347.381,84
Agrup. Esc. C. Mineiro	500,00	2.346.881,84
CENTRUM F	60,27	2.346.821,57
F. I. P. N. S.ª. Assunção	250,00	2.346.571,57

Entidade	Pagamento	Saldo
Centro R. C. Bairros	2.900,00	2.343.671,57
Agrup. Esc. C. Paiva	1.350,00	2.342.321,57
Adrimag	1.612,18	2.340.709,39
ADPaiva	38.144,28	2.302.565,11
Ambisousa	8.327,87	2.294.237,24
AIMRD	8.000,00	2.286.237,24
Auto - Sueco	391,38	2.285.845,86
Ceifa	526,93	2.285.318,93
CIMTS	19.279,19	2.266.039,74
Corsar	940,95	2.265.098,79
Ernesto Sousa Lourenço	383,76	2.264.715,03
Fiel Portas	149,44	2.264.565,59
Flow Systems	4.532,96	2.260.032,63
Garagem Cabral	2.005,61	2.258.027,02

Entidade	Pagamento	Saldo
Gráfica Ideal	129,60	2.257.897,42
Grafinal	108,00	2.257.789,42
Iaren	372,52	2.257.416,90
J. Landeau e Moreira	11.653,44	2.245.763,46
Maqser	55,43	2.245.708,03
Mário Gonçalves	433,18	2.245.274,85
Sanjor	1.171,28	2.244.103,57
Soc. Pedreiras Marco	2.779,90	2.241.323,67
Trium	367,70	2.240.955,97
Serv.Sociais.Cult.Desp. Trab. Da CM. Castelo de Paiva	1.000,00	2.239.955,97
Garagem Rocha	938,60	2.239.017,37
Drogaria Anilex	72,71	2.238.944,66
Coop. Agrícola Paivense	21,25	2.238.923,41
Const. Fernando Duarte & Teixeira	1.047,12	2.237.876,29

Entidade	Pagamento	Saldo
Florista Vânia Flores	105,00	2.237.771,29
A Garrafeira	92,00	2.237.679,29
Flor do Douro	478,15	2.237.201,14
DPM	890,48	2.236.310,66
Jornal Miradouro	47,52	2.236.263,14
Irmãos Moreiras	654.708,89	1.581.554,25
AMVS	455.596,97	1.125.957,28
BPI - Factorings	760.141,46	365.815,82
Águas Douro e Paiva	42.334,14	323.481,68
Academia de Música	6.000,00	317.481,68
Centro Cult. Rec. S.Martinho	4.000,00	313.481,68
Clube C. P. C. Paiva	1.000,00	312.481,68
Hóquei Clube Paivense	1.500,00	310.981,68
Drogaria Paivense	1.931,11	309.050,57

Entidade	Pagamento	Saldo
Artur Moreira Pinto	115,30	308.935,27
Casa Quintela	179,40	308.755,87
Artur Esteves	2.520,00	306.235,87
INERSEL	2.398,50	303.837,37
ESTORNORTE	80,00	303.757,37
ESRI	1.033,20	302.724,17
ALPENÓLEO	2.181,54	300.542,63
Tonerink	3.200,16	297.342,47
Tintas Marilina	449,70	296.892,77
Soc. Pedreiras Marco	93,25	296.799,52
Ass. Cult. Rec. Desp. Oliveirense Futebol Clube	500,00	296.299,52
Ass. Desp. Casal	500,00	295.799,52
ADCB - Bairros	500,00	295.299,52
Ass. Desp. Cult. Rec. Paraíso	500,00	294.799,52

1º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO – PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Entidade	Pagamento	Saldo
Grupo Desp. Cult. CP	1.000,00	293.799,52
Ass. Desp. Cult. C.J.Clark	500,00	293.299,52
Sporting C. Paivense	2.000,00	291.299,52
União Desp. Cult. Rec. Folgoso	500,00	290.799,52
ADEP	1.000,00	289.799,52
Ass. Cult. Couto Mineiro Pejão	2.000,00	287.799,52
Banda Fornos	2.000,00	285.799,52
Banda Bairros	2.500,00	283.299,52
Rancho Folclórico S.Martinho	750,00	282.549,52
Grupo C. D. C. Paraiso	750,00	281.799,52
Rancho Folclórico C.Paiva	750,00	281.049,52
Rancho Sra Amoras	750,00	280.299,52
Agrupamento Vert. Escolas C.Paiva	75,00	280.224,52
Agrupamento Escolas Couto Mineiro Pejão	75,00	280.149,52

Entidade	Pagamento	Saldo
Ass. Human. Bombeiros C.Paiva	75,00	280.074,52
Serv.Sociais.Cult.Desp. Trab. Da CM. Castelo de Paiva	75,00	279.999,52
Centro Social e Paroquial de Sobrado	75,00	279.924,52
Centro Social de Real	75,00	279.849,52
Nmv	47.970,00	231.879,52
Cimontubo	11.492,45	220.387,07
Ass. Port. De Dist. E Drenagem Águas	450,00	219.937,07
IAREN	299,28	219.637,79
Junta Freg.Real	2.350,00	217.287,79
One Audit	9.000,00	208.287,79
ADRIMAG	3.967,84	204.319,95
J.O.C.L.Constructor de Obras Públicas	5.728,92	198.591,03
Saldo em 30 de Setembro de 2011		198.591,03

Considerações Finais

Em suma, conforme anteriormente enunciado na introdução ao presente relatório de execução semestral, a difícil conjuntura económica nacional, tornou a execução de algumas das medidas preconizadas no Plano de Saneamento Financeiro, num desafio ainda mais exigente, facto que indiretamente condicionou o seu desempenho.

Não obstante, em termos gerais, pode-se dizer que as medidas económico e financeiras preconizadas no Plano de Saneamento Financeiro estão a ser globalmente cumpridas de acordo com o horizonte temporal esperado, sendo de salientar o bom desempenho ao nível do endividamento líquido.



